

Direito Administrativo II

Exame de Recurso

2º Ano – Turma Pós-Laboral

17.06.2022

I

Admita o seguinte caso prático:

A Assembleia Municipal de Serpa aprovou o plano de pormenor para a “fossa nova da cidade”, deliberando que a partir de Janeiro de 2022, apenas se construiriam edifícios com a altura máxima até dois pisos.

Todavia, o Presidente da Câmara Municipal, por despacho de 15 de Fevereiro de 2022, no uso da delegação de poderes conferida pela Assembleia Municipal para a atribuição de licença de construção, autorizou a “Sociedade de Construções do Baixo Alentejo, S.A.” a edificar em empreendimento habitacional com uma volumetria até aos seis pisos. Fundamentou o seu despacho no interesse que o empreendimento em causa representava para o município.

1. António, que habita o segundo andar de um prédio que ficará sem vistas com a construção dos novos edifícios, pretende impugnar a deliberação do Presidente da Câmara. Quais as vias legais de que dispõe se pretender insurgir-se contra esta decisão?

- (i) Será válido o acto do Presidente da Câmara à luz da deliberação da Assembleia municipal? E se o acto é nulo no quadro da delegação de poderes, como deve ser entendida a fundamentação invocada de acordo com o princípio da legalidade dos actos administrativos?**
- (ii) Garantias impugnatórias: a reclamação e o recurso hierárquico.**

2. Imagine que o Secretário de Estado do Ambiente avoca para si os poderes delegados no Presidente da Câmara. Quais os princípios legais violados?

- (i) Questão da competência do Secretário de Estado para avocar os poderes delegados e o desvalor do acto.
- (ii) O conceito de delegação de poderes na relação hierárquica e não hierárquica e a faculdade de avocação prevista no artigo 49.º do CPA.

II

Responda às seguintes questões:

- a) Distinga nulidade de anulabilidade enquanto vício do acto administrativo;**

Vícios do acto administrativo, formas de invalidade e respectivos regimes jurídicos.

- b) Distinga reforma de conversão do acto administrativo no quadro normativo desenhado pelo Código do Procedimento Administrativo;**

Modalidades de sanção do acto administrativo primário, à luz do artigo 164.º do CPA.

- c) Defina responsabilidade extracontratual da Administração Pública.**

A responsabilidade extracontratual da Administração Pública por actos de gestão pública: responsabilidade subjectiva e objectiva, nesta se incluindo a responsabilidade pelo risco e por acto ilícito.